

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O DIREITO A PERMANECER COM QUALIDADE NA ESCOLA

Luciana Robinson Pereira

Gilberto Ferreira da Silva

Resumo: Este trabalho resulta de uma pesquisa que colocou em evidência o estudo sobre as relações entre escola e família, procurando compreender como se dá a produção de outros modos de experimentar práticas inclusivas no espaço escolar. Assim voltamos especificamente neste momento a analisar a perspectiva da família em relação ao processo de inclusão. As informações analisadas aqui são oriundas de uma das etapas do estudo de caso em que se produziu uma entrevista com a mãe de um aluno tomado como referência no estudo, para além das observações, entrevistas com a professora e profissionais da saúde. O estudo aponta para a colaboração na perspectiva horizontal entre família e escola, destacando como um dos grandes vértices que devem orientar práticas e políticas de educação inclusiva, tanto no universo da esfera pública municipal, estadual e federal.

Palavras-chave: Família e Escola. Educação Inclusiva. Educação Básica.

Introdução

Partimos da constatação do descaso das políticas públicas e a falta de preparo dos gestores e docentes que atuam nas escolas que recebem crianças com necessidades especiais, embora documentação internacional seja explícita dizendo que “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”, além de que, “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” (SALAMANCA, 1994, p. 1), observa-se que a oferta desta qualidade de educação ainda permanece distanciada do cotidiano da vida daqueles a quem a lei e acordos internacionais se dirige.

Assim este estudo origina-se de uma pesquisa realizada denominada “Educação inclusiva em uma escola da rede pública de ensino do município de Canoas: refletindo sobre um aluno com paralisia cerebral” que tomou por referência o estudo de caso como estratégia metodológica. Neste trabalho nos dedicamos a analisar a perspectiva da família em relação ao processo de inclusão. As informações tratadas aqui são oriundas de uma das etapas do estudo

de caso em que se produziu uma entrevista com a mãe de um aluno tomado como referência no estudo, para além das observações, entrevistas com a professora e profissionais da saúde.

Estruturamos este trabalho seguindo em um primeiro momento a apresentação de forma sintética do caso, seguido de alguns aportes teóricos que orientam a construção e análise da pesquisa, passamos a apresentar a discutir os dados extraídos da entrevista realizada com a mãe do estudante e, finalmente, em formato de síntese apresentamos nossas conclusões.

1 Notas sobre educação inclusiva na educação básica

A educação inclusiva é aquela que educa a todos os alunos em sala de aula regular, assim, eles deveriam receber oportunidades educacionais adequadas, desafiadoras e ajustadas às suas habilidades e necessidades, porém na realidade escolar não é exatamente assim que as coisas acontecem.

Para Mantoan (2003), a educação implica uma mudança de perspectiva educacional sustentada sobre um novo paradigma do conhecimento. Em sua obra “Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?”, a autora apresenta uma discussão reflexiva mostrando as contradições que imperam nos ambientes escolares sobre as compreensões de educação inclusiva e integração escolar. A autora adverte que “a escola se entupiu de formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidade de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia” (MANTOAN, 2003, p. 15), o que produziu uma forma disjuntiva de organizar e realizar as práticas pedagógicas.

Nesse contexto, a distinção que a autora faz entre integração e inclusão é pertinente (MANTOAN, 2003, p. 20-26). Embora os dois vocábulos tenham significados semelhantes, ambos expressam situações de inserções diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes. A integração refere-se à inserção de alunos com deficiência nas escolas regulares e também para designar grupos de alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência. Geralmente, as escolas ou instituições, nessa perspectiva, não mudam. São os alunos que precisam mudar para se adaptarem às exigências escolares e ou institucionais. Por isso, para Mantoan, a integração escolar é entendida como o “especial na educação” porque justapõe o especial ao regular, provocando o que ela denominada de inchaço em função do deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regulares. Já a inclusão questiona as políticas e a

organização da educação especial e regular, assim como o próprio conceito de integração. O mote da inclusão, como refere Mantoan,

[...] é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar porque as escolas inclusivas reorganizam seu sistema educacional considerando as necessidades de todos os alunos e se estruturam em função dessas necessidades, pois a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional (2003, p. 24).

No processo de construção das práticas de educação inclusiva cabe destacar dois movimentos mundiais que desencadearam um conjunto de mudanças de paradigmas e definiram elementos para a organização dos sistemas educativos. O primeiro refere-se à Conferência de Jomtien, em 1990, que entendeu a urgência da “educação para todos”, colocando o peso sobre a “educação básica”. Essa conferência teve o mérito de colocar a questão educativa no centro, especialmente por chamar a atenção para a importância e a prioridade da educação básica. O segundo movimento foi preconizado pela Declaração de Salamanca (1994) que, ao afirmar que todos são diferentes, abre espaço para que se constituísse um pensar sobre as políticas públicas e para a organização da escola e de suas práticas pedagógicas desde um princípio organizador que respeitasse a singularidade. Acontece que, na prática, as políticas e os processos de inclusão vêm garantindo o trazer para dentro das escolas, ou melhor, o vir para dentro das escolas, o diferente.

Cabe destacar que o movimento da Educação para Todos encontrou eco em todo o mundo e gerou, principalmente entre os governos, um amplo movimento de expansão e reforma em torno da educação básica. Nesse sentido, o que parece ser positivo evidencia que apenas houve, por parte dos governos, um enfoque minimalista (TORRES, 2001), na medida em que a visão ampliada de educação básica não chegou a ganhar forma, especialmente no que se refere à garantia de condições para suprir as necessidades básicas de aprendizagem, à atenção focada na aprendizagem e à própria ampliação da visão de educação básica. Desse modo, a proposição *todos são diferentes* e a sua efetiva garantia, proposta pela Declaração de Salamanca, também padece enquanto não encontrar eco entre as propostas e práticas pedagógicas de fato efetivadas nas escolas básicas.

2 Por uma descrição do caso

O aluno pesquisado, 13 anos de idade, sexo masculino, cor branca, filho único. Durante sua gestação não foram realizadas ecografias. Foi diagnosticado com paralisia

cerebral, é cadeirante e necessita de atendimento individualizado em sala de aula. Recebeu atendimento especializado desde os dois anos de idade (atividades de estimulação precoce, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, e terapia ocupacional)

O tratamento do aluno preconiza ser multidisciplinar, acompanhamento de pediatra, neurologista pediatra, fisioterapeuta, fonoaudiologia (fala e deglutição), terapeuta ocupacional, nutricionista e pedagoga. É necessário extremo cuidado com o calendário vacinal e prevenir infecções, devido à baixa imunidade característica desses casos.

Conforme avaliação neurológica o paciente apresenta incapacidade moderada devido, sendo que algumas das características dizem respeito ao fato de apresentar dificuldade para vestir-se, subir escadas, ir ao banheiro, alimentar-se e realizar cuidados pessoais. De outro modo, apresenta condições de continência de fezes e urina, assim como necessidade de ajuda mínima para transferência de local e necessita de equipamento para locomover-se. Possui laudos médicos que atestam sua deficiência e especificidades através do CID10 = G 80.3 - Paralisia Cerebral Infantil.

A partir do 3º ano as professoras começaram a elaborar o plano de metas individualizado para o aluno, com objetivos diferenciados, de acordo com sua capacidade de aprendizado. As professoras do 1º e 2º ano relataram que o aluno não possuía monitoria, a mãe colaborava quando necessário, pois ele não aceitava atividades diferenciadas do restante da turma, irritava-se ao não conseguir fazer as atividades da mesma forma que os colegas. Possuía dificuldades motoras, cansando-se facilmente ao realizar as atividades, apesar do seu quadro geral ser uma incógnita, os professores suspeitavam que o aluno fosse cego e surdo, por não responder aos estímulos, após vários exames médicos conseguiram diagnosticar a ausência dessas patologias.

Em 2010/2011 a escola e o aluno contaram com o auxílio de uma estagiária, com a função de juntamente com o professor propor atividades que atendam suas especificidades. O corpo docente constatou que havia necessidade de atendimento extraclasse na sala de AEE- Atendimento Educacional Especializado, o qual foi encaminhado para instituição da rede municipal de Canoas com profissionais habilitados para o acompanhamento.

3 Análise dos dados

Lançamos nosso olhar sobre a forma como se refere a mãe do estudante com paralisia cerebral ao universo escolar e seus efeitos no processo de aprendizagem. Centramos nossa

atenção em tentar *des*-ocultar a percepção da mãe na relação com a instituição escolar e seus profissionais, procurando compreender como se estabelece a dinâmica das relações. Nossa entrevistada tem 48 anos de idade, dona de casa, dedica-se a cuidar integralmente do filho, e é católica praticante.

Um dos primeiros aspectos que emerge da narrativa produzida pela entrevista refere-se à forma como se dá a relação entre os colegas e o estudante com paralisia cerebral, enfatizando o quanto socialmente a inclusão parece estar acontecendo sem maiores problemas e dificuldades no espaço escolar. Assim se refere a mãe ao sintetizar sua percepção:

O relacionamento dele com os colegas nem se fala né, todo mundo adora ele, todo mundo briga para carregar a cadeira dele, e as professoras também são bem acessíveis, ele adora a escola, adora os professores, adora os coleguinhas, ele sabe o nome de todos.

É inegável o quanto uma proposta de educação deve contemplar as relações entre estas duas instituições: escola e família, ambas trabalhando de forma complementar para o desenvolvimento integral do sujeito em formação. Obviamente que isto só se acentua se pensarmos a relação com estudantes que apresentam necessidade educativas especiais. Neste caso, a relação social, um dos primeiros elementos adquiridos e experimentados pelos sujeitos no ambiente do grupo familiar parece ser resultado de um processo positivo que se traduz na experimentação social no território da escola. Um aprendizado iniciado no ambiente familiar que encontra no espaço escolar possibilidades para sua continuidade. No dizer de Portela e Almeida (2009):

(...) apesar de a família não ser o único espaço onde se pode tratar a questão da socialização, constitui-se, sem dúvida, num âmbito privilegiado, visto que ela tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora. A família se institui, pois, como uma das mediações entre o homem e a sociedade. Sob esse ângulo, ela não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda em outros grupos, os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo (p.153).

Se a dimensão social, das interações do estudante não constitui preocupação no que diz respeito às condições que a escola disponibiliza ao estudante para seu aprendizado apresentam elementos que carecem de uma reflexão mais cuidadosa. Vejamos como traduz a mãe em seu depoimento:

Material pedagógico ele tem, mobiliário ele tem também que é a mesa, informática a professora da sala de recursos, ela tem o material, mas ela disse que não sabe lidar no computador, que não deram aulas pra ela aprender a lidar com o material. No caso a escola não dispõe de computador e de estagiaria. Por que a professora não

consegue atender a todos, isso prejudica ele, o que as estagiárias ensinam é muito importante.

Dois aspectos entram em voga na “denúncia” revelada pela mãe. A falta de preparo do docente para explorar e potencializar o material didático disponível na escola de um lado e, de outro, a ausência de um profissional “auxiliar” que possa dar apoio, tanto ao educador quanto ao estudante com necessidade de atendimento educacional especializado. No segundo aspecto a mãe lembra de um curto período em que o estudante pôde desfrutar do auxílio de uma estagiária e o quanto este auxílio contribuiu para a qualificação do processo de aprendizagem:

Desde que ele começou ter ajuda da estagiária (...) ele melhorou bastante né, nos estudos, ele tem mais vontade de ir para escola, para aula né, e para a professora ajudou muito ela na sala de aula, quando ele ficou sem estagiária ele não queria mais ir na escola, ele perdeu o interesse. As necessidades que ele tem, é de uma estagiária, banheiro adaptado, ele é cadeirante, precisaria ter na sala de aula é o computador, ele não consegue escrever com a mãozinha dele. Com o computador seria mais fácil pra ele fazer as atividades.

A experiência do trabalho da estagiária e seu efeito positivo mobilizam a mãe para buscar a garantia do direito já garantido por lei. Chega a parecer cacofonia ao nos referirmos a isso, entretanto não bastam as condições de infraestrutura (materiais), é preciso que um conjunto de medidas sejam tomadas e providenciadas para que haja de fato a inclusão. Neste caso, como se pôde observar, o que fica a desejar são as condições do sistema educativo que revela-se despreparado para dar conta desta demanda. Entretanto no aspecto da estagiária a mãe encaminha a reivindicação adiante:

Fui na defensoria pública para conseguir a estagiária que ele estava sem, na defensoria ela disse que em um mês, depois que começasse as aulas se não tivesse a estagiária era pra mim entrar na justiça, aí um mês depois que começou as aulas dia 24 de março a estagiária estava na escola, aí resolveu. O que eu posso brigar por ele, e correr por ele eu faço, tudo que está ao meu alcance eu faço.

Os laços entre família e escola se estreitam e se nutrem acumulando ganhos, um aprendizado novo, principalmente por parte dos gestores e docentes que atuam no ambiente escolar, pois historicamente o espaço escolar é território onde o poder está delimitado e circunstanciado.

Para além deste aspecto a dimensão pedagógica e propriamente da aprendizagem é manifestada pela mãe que explicita, em formato de sonho, a tradução do que preconiza o conjunto de leis e documentos que regem a educação inclusiva no sistema educacional Brasileiro e, inclusive, internacional: “Nosso sonho é que ele seja alfabetizado, que ele saiba ler e escrever, para no futuro dele ele ter uma família, por que, nós não vamos durar a vida

toda, e eu me preocupo com ele, com o futuro dele, que ele possa saber se virar sozinho no mundo”. A projeção de condições que garantam a autonomia do sujeito em um futuro próximo. “Ele não consegue escrever com a mãozinha dele, o maior sonho dele é escrever né, com a mãozinha dele, o que a professora coloca no quadro, mas por enquanto ele não está conseguindo, desenhando ele já tá conseguindo”. E segue: “Ele quer conseguir ler sozinho né, formar frases, ele adora livro né, ele adora, o sonho maior dele é saber aprender a ler”. A combinação entre família e escola é revelada pela colaboração, pelo apoio mútuo e pela busca de alternativas que necessariamente devem ser construídas diariamente. Nesse sentido o artigo 58 da *Declaração de Salamanca* (1994) enfatiza:

As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. [...]. É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias [...].

4 Considerações finais

As análises teóricas comprovam que há possibilidade de efetivação da educação inclusiva, mas para que isso aconteça é necessário que os profissionais envolvidos avaliem sua práxis, buscando refletir se estão realmente engajados na sistematização da proposta inclusiva e sua real concretização.

No decorrer do estudo destacaram-se aspectos pertinentes ao processo de implementação da educação inclusiva, dentre eles, a formação continuada de professores surge como um fator determinante para que as mudanças no sistema de ensino ocorram, pois para os professores o conceito de formação continuada não está claro, eles acreditam que a mesma dá-se apenas em cursos de extensão, não reconhecendo que as aprendizagens ocorrem em todos os meios educativos, principalmente na ação e reflexão de sua prática.

Outro aspecto evidente que a pesquisa revelou é que para além das condições de infraestrutura sempre tão necessárias é preciso que a formação de profissionais acompanhe as demandas e as especificidades do processo de inclusão. Exemplo que torne claro esta perspectiva é a demanda do estagiário no auxílio pedagógico do docente.

Finalmente um aprendizado que precisa ser iniciado de forma intencional e conjuntural no sistema de ensino. Em se tratando de educação inclusiva, é preciso que a

família se faça presente como colaboradora atuante no processo pedagógico, conforme acabamos por revelar neste trabalho.

Referências

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

TORRES, Rosa María. **Educação para todos**. A tarefa por fazer. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Código Internacional de Doenças. Disponível em: <<http://www.siglas.com.br/s CID.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus; ALMEIDA, Célia Verônica Paranhos de Jesus. **Família e escola: como essa parceria pode favorecer crianças com necessidades educativas especiais**. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 149-159. ISBN: 978-85-232-0651-2. SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

BRASIL. Ministério da Ação Social. Coordenadoria Nacional Para Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF, 1994. 54 p.